

Para Munhoz, Zélia deveria baixar juros

A futura ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, deve combater a especulação financeira, de forma a reduzir os juros que incidem sobre a produção de bens e serviços, dando folga para recuperação dos salários e lucros das empresas menores. Quem dita essa receita é o economista Décio Garcia Munhoz, professor da Universidade de Brasília (UnB), para quem não há saída para a economia que não passe por um programa de estabilização na mesma linha do Plano Cruzado.

Embora Zélia Cardoso de Mello não tenha dado elementos que permitam uma avaliação do programa econômico que o novo Governo deverá adotar, em sua primeira entrevista coletiva depois de indicada, ela sinalizou que a inflação deverá cair com a implementação das reformas fiscal, administrativa e patrimonial. Munhoz entende que o combate à inflação não passa por aí, na medida em que o desequilíbrio econômico do setor público teria a mesma origem do desequilíbrio da economia como um todo: as altas taxas de juros.

"O Governo gasta menos do que arrecada. O problema são as altas taxas de juros, que incidem sobre os títulos públicos na rolagem diária da dívida interna que o próprio Governo promove", afirmou. Munhoz observou que em janeiro passado, por exemplo, a receita tributária atingiu NCz\$ 54 bilhões, os gastos com pessoal, NCz\$ 22 bilhões (incluindo apsentadorias e pensões), e os encargos financeiros dos juros pagos com a rolagem da dívida pública, NCz\$ 94 bilhões, quase duas vezes o que foi arrecadado no período. "Somente de junho a dezembro do ano passado, a dívida pública aumentou de 92 para 121 bilhões de dólares, ou seja, aumentou em 29 bilhões de dólares, sem que sequer um tostão fosse usado para investimentos".

Munhoz descarta também uma reforma administrativa que promova a demissão de funcionários públicos, pois entende que a máquina pública é muito enxuta e os gastos para manutenção não têm significância. A seu ver, tal medida só teria fundamento se fosse efetuada para tornar o governo mais ágil. Já a reforma fiscal (redução de gastos e aumento de impostos), segundo ele, poderia provocar um desajuste nos custos das empresas, que teriam de repassar para os preços, o que aumentaria a inflação. Sobre a reforma patrimonial (privatização de empresas estatais), o economista observa que o acréscimo da dívida pública de junho a dezembro do ano passado (29 bilhões de dólares) corresponde a metade do patrimônio líquido das estatais.

Décio Munhoz prevê também que a manutenção da atual política salarial, conforme intenção revelada por Zélia Cardoso de Mello, será inviável, caso se pretenda adotar um plano de estabilização, porque os salários estão sendo reajustados pelo pico, quando devem juntamente com os preços, serem reajustados pela média. "Não existe plano que leve à estabilização em que se mantenha os reajustes contratuais, inclusive salários, com periodicidade mensal."